

Poder, Ideologia e Coerção: revisitando conceitos.

Gelsom Rozentino de Almeida
Professor Associado UERJ
Procientista FAPERJ

O presente trabalho busca contribuir para uma reflexão a cerca de um debate teórico dos conceitos e relações entre o poder, o Estado, os aparelhos ideológicos e os aparelhos repressivos, conforme concepção original de Althusser e a revisão estabelecida por Poulantzas, que define o Estado capitalista como o lugar central do exercício do poder, o dispositivo (o conjunto dos aparelhos) que concentra, materializa e propaga o poder para representar e organizar, em longo prazo, os interesses políticos da burguesia. A proposta é motivada pela percepção de um certo abuso do conceito de Hegemonia, conforme definido por Gramsci, em inúmeros trabalhos acadêmicos, onde tudo parece ser resumir ou se transformar em hegemonia. Esses trabalhos ignoram ou não consideram a relevância de questões relacionadas a centralidade da coerção econômica e extra-econômica dos trabalhadores. Como contraponto, devemos lembrar a violenta repressão às manifestações de meados de 2013, a criminalização dos movimentos sociais e o avanço sobre direitos sociais e trabalhistas.

Dominação e Ideologia

Nos textos de Marx e Engels e em seguida de Lenin, não há destaque para as formas consensuais de controle social ou dominação de classe. O centro da preocupação teórica marxista era a coerção extra econômica, a coerção do Estado. A ideologia, como um problema da dominação de classe foi analisada tendo em vista que a ideologia da burguesia, enquanto classe dominante, é a ideologia dominante. Nessa direção é que se pode entender alguns estudos de Marx no campo da Filosofia, da Religião, da Arte e da Ética.

A submissão ideológica do proletariado à burguesia na Inglaterra já havia sido apontada por Engels e, em seguida, por Lenin, que explicava essa subordinação à disponibilidade do imperialismo inglês poder dispor de migalhas para realizar concessões, que corrompiam e subornavam o proletariado. Mas esses autores não se dedicaram ao estudo das formas de sustentação do poder

da classe dominante, de forma mais permanente e extensa em uma dada formação social.

Antonio Gramsci, que era leninista, percebeu que o processo de dominação capitalista havia se tornado mais complexo e abrangente nas sociedades mais avançadas, que ele denomina “ocidentais”. Nessas sociedades o Estado permanece com o seu poder coercitivo, através do Exército, da Polícia e de outros aparelhos. Esse é o Estado restrito. Mas cresce de importância, com um papel decisivo, a sua extensão, que ele denomina de sociedade civil, o lugar da hegemonia e do consenso entre as classes sociais que formam com a classe dominante o bloco histórico, que dá estabilidade à formação social. Na sociedade civil se movem as instituições como Igrejas, Partidos Políticos, Sindicatos, Escolas, Imprensa, Rádio, Televisão, ONGs (Organizações Não-Governamentais), etc., onde se formariam as consciências que aceitam a ordem estabelecida.

Para Marx, ideologia era compreendida, de forma resumida, como ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência. Esta, como uma ilusão, representa uma realidade invertida em que as ideias aparecem como o motor da vida real. A determinação e a função social da ideologia são reciprocamente interdependentes, estreitamente ligadas entre si. De forma dialética, a falsa consciência, velando ou mascarando os aspectos mais duros e antagônicos do domínio, tende a facilitar a aceitação e manutenção da ordem. A ideologia, de forma também dialética, relaciona-se e é determinada, em última instância, pelas relações de produção. A ideologia significa o sistema de ideias que elaboram uma compreensão da realidade para ocultar ou dissimular o domínio de um grupo sobre o outro.¹

Em Lenin, a ideologia passa a ser concebida como qualquer concepção de realidade social ou política, vinculada aos interesses das classes dominantes. Através da ideologia são construídos elementos imaginários e lógicas de identificação social cuja função seria escamotear o conflito (entre as classes sociais), dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã

aparência de universal. É possível, também, perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de imagens da unidade do social), graças à qual fornece aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, deve necessariamente apresentar, além do *corpus* de representações coerentes para explicar a (realidade social), um *corpus* de normas coerentes para orientar a prática (política).

Dessa forma, a ideologia tem funções como a de preservar a dominação de classes apresentando uma explicação apaziguadora para as diferenças sociais. Seu objetivo é evitar o conflito aberto entre dominadores e dominados. A ideologia, portanto, seria uma forma de consciência, mas uma consciência parcial, ilusória e enganadora que se baseia na criação de conceitos e preconceitos como instrumentos de hegemonia. O discurso ideológico não nega a desigualdade entre os segmentos sociais. Seria uma ingenuidade fazê-lo, uma vez que a desigualdade social é visível, mas nega que essa diferença tenha como pano de fundo a razão histórico-econômica. Para explicar as diferenças sociais a ideologia utiliza-se de vários recursos. O mais comum é o recurso à naturalização. A naturalização é a tentativa de justificar as desigualdades sociais remetendo-se a supostas causas naturais. Sob a ótica do naturalismo, a situação de inferioridade econômica entre as pessoas ocorre devido a fatores como a “raça” (etnia) e o sexo (gênero). O racismo e a discriminação por gênero (machismo e feminismo) são, portanto, tentativas ideológicas de explicação da desigualdade social através do recurso à naturalização. A classe social hegemônica, que se encontra no poder, beneficia-se do recurso à naturalização porque, através dele, se permite estabelecer uma hierarquização social. Depois coloca-se como topo dessa hierarquia. Naturalmente...

Poder

A questão central proposta neste trabalho é a análise das diferentes e complexas relações de poder. Conforme Foucault, não haveria uma teoria geral do poder, e, portanto, não é possível considerá-lo como uma realidade que possua uma natureza ou uma essência universal. A partir de sua genealogia, adota-se a referência de poder não como algo unitário e global, mas heterogêneo e em constante transformação. É possível distinguir-se situações centrais e

periféricas, níveis macro e micro do exercício do poder, diferenciando as relações de poder de seu mero exercício pelo Estado e seus aparelhos coercitivos, o que implica a compreensão de relações de poder para além do nível jurídico e da violência, não sendo apenas contratuais ou repressivas.²

O homem não é só sujeito, mas também objeto do poder social, entendido como relação entre os homens, não apenas de forma individual. Como fenômeno social, o poder pode ser descrito como uma relação entre homens, grupos ou classes sociais. Para definir um certo poder, não basta especificar a pessoa, grupo, classe ou fração de classe que o detém e, da mesma forma, quem a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o poder se refere ou a *esfera do poder*, lembrando que as relações são complexas e não excludentes, e que um indivíduo, grupo, classe ou fração pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos.

As relações de poder são necessariamente de tipo antagônico? A existência ou não do conflito dependeria do modo de exercer o poder. Contudo, o poder expressa, habitualmente, uma desigualdade na distribuição de recursos (materiais ou políticos). O que, no mais das vezes, ocasiona a tensão e o conflito nas relações de poder.

Da crítica e superação da economia política burguesa emerge a interpretação histórica e crítica do capitalismo e de suas relações sociais. A forma mercadoria e a lei do valor, o trabalho assalariado, a propriedade privada, o mercado capitalista – todas são formas históricas, válidas no seu próprio contexto, não universalizáveis nem eternas. Recupera-se, pois, o problema da determinação da totalidade histórica. Na perspectiva do materialismo histórico, é fundamental a:

Conexão entre estrutura e processo, entre o que é dado (divisão social do trabalho, num certo momento) e o construído (formas de ação política) (...). A história não é apenas uma lógica (embora a contenha); também não pode ser reduzida à vontade consciente dos indivíduos (mas não se pode dela prescindir).³

² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984.

³ FONTES, Virgínia. O Manifesto Comunista e o Pensamento Histórico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 166.

O conceito de luta de classes, conforme a definição de Marx, possibilita a articulação da totalidade das relações sociais, que dependem da produção material da existência da humanidade, com a prática concreta dos agentes históricos que reproduzem desigualmente, em suas próprias esferas de atividades específicas, aquele conjunto de relações. Resgata-se, pois, a proposta do *Manifesto Comunista*, em que o processo de formação das classes sociais liga-se à própria história da produção da humanidade real. As relações de produção, as classes e a luta de classes são engendradas de forma específica a cada modo de produção, tendo como base a apropriação desigual e exploração do trabalho excedente. Deve ser ressaltado que nem todas as relações sociais podem ser definidas como relação de classe, nem são todas diretamente redutíveis a estas, no sentido de oposição imediata ou mecânica entre dominantes e dominados. Todavia, gostando-se ou não, todos os espaços sociais em que se travam as diversas relações humanas são atravessados, também, por relações de classe. Pode-se afirmar, então, que as relações de classe, uma vez que respondem diretamente pela própria possibilidade material da existência social, são relações fundamentais. Cada ato humano, embora responda à sua própria causalidade, só se viabiliza historicamente a partir da totalidade de relações sociais na qual se inscreve, totalidade que depende, por sua vez, para poder existir, das relações de classe. As classes e a luta de classes podem, efetivamente, ser abolidas, mas isso dependeria de uma profunda transformação no modo de produzir a existência social. Luta que se processa no seio da sociedade civil (“aparelhos privados de hegemonia”) e também no interior do próprio interior do Estado, em seu sentido restrito (“sociedade política”).

O poder consistiria numa série de relações entre as diversas classes sociais, concentrada no Estado, constituído pois como uma relação de forças entre as classes.

O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se sarrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas nem um cofre-forte que só se abre arrombando-o: ele é o centro de exercício do poder político.

Tomar o poder de Estado significa que seja desenvolvida uma luta de massa tal que modifique a relação de forças interna dos aparelhos de Estado que são, em si, o campo estratégico de

lutas políticas. Ainda que para a estratégia do tipo duplo poder, a modificação decisiva da relação de forças não se efetue no seio do Estado mas entre o Estado e o segundo poder, esse anti-Estado que se supõe situado radicalmente fora do Estado, entre o Estado e as massas supostamente exteriores ao Estado. Esse longo processo de tomada do poder num via democrática para o socialismo constitui-se no essencial, em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal maneira que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros do poder real. Não se trata portanto de uma simples alternativa entre guerra frontal de movimento e guerra de posições pois esta última, no entender de Gramsci, consiste sempre num cerco do Estado-praça forte.”⁴

Para Gramsci, a realidade é formada por um todo, ou bloco histórico: “*a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.*”⁵ Este todo pode ser decomposto sem que cada parte perca a relação com o conjunto: pode-se subdividir a realidade em estrutura e superestrutura (deve-se salientar que essa divisão é feita para fins de análise), que são as duas faces de uma mesma moeda, pois os elementos que existem em uma existem na outra. A primeira é o conjunto das relações sociais, quaisquer que sejam elas, onde aparecem de forma mais material, e, a segunda, é a dimensão onde se elabora a representação sobre o conjunto das relações sociais.

Para a filosofia da *praxis*, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é uma pequena afirmação de realidade; a própria filosofia da *praxis* é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devenir.⁶

Dentro desta primeira decomposição, pode-se efetuar outra. Nas superestruturas encontra-se também a sociedade civil – instâncias civis da

⁴ Idem, *ibidem*, p.296.

⁵ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*, p. 52.

⁶ Idem, p. 270.

sociedade, instituições que não estão diretamente relacionadas com o aparelho estatal, o *locus* dos embates sociais, onde cada grupo social expõe suas demandas e luta por elas, lutando por sua hegemonia, criando ou não consenso – e a sociedade política – instâncias diretamente relacionadas com o aparelho estatal, ou seja as instituições que gerem diretamente o aparato legal da sociedade, que têm a função coercitiva, mais ou menos explicitadas –, que são as colunas de ordenação da sociedade, os espaços que direcionam a organização social, de forma ampliada o Estado. Conforme o seu conceito: “(...) *deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido poder-se-ia dizer que Estado = sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção).*”⁷

Historicamente, este conceito foi utilizado de diversas maneiras, muitas vezes conflitantes, mas com predomínio da interpretação de sociedade civil como sociedade política ou Estado. A partir de Hegel a sociedade civil passou a representar um momento no processo de formação do Estado, não mais o Estado em sua globalidade. Já para Marx, a sociedade civil é a antítese do Estado, localizando-a na esfera das relações materiais ou econômicas, ou seja, das relações que constituem *"a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política"*.⁸ Gramsci, dentro de uma perspectiva marxista, embora mantendo a distinção entre sociedade civil e Estado, faz da primeira o lugar da formação do poder ideológico distinto do poder político estritamente entendido e dos processos de legitimação da classe dominante. Desta forma, se para Marx a sociedade civil coincide com a base material, entendida como contraponto à superestrutura onde estão as ideologias e as instituições, para Gramsci o seu momento é superestrutural.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, o Estado moderno poderia ser diferenciado em duas esferas superestruturais: a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade política, em síntese

designa precisamente o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se assim dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocráticos ligados às forças armadas

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, p. 149.

⁸ Marx, Karl, *Para a crítica da economia política, Obras Escolhidas*, Tomo I, Lisboa, Ed. Avante!/Progresso, 1982.

e policiais e à aplicação das leis.⁹

Já a sociedade civil seria formada pelo

Conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc.¹⁰

Essas duas esferas do Estado têm funções e materialidade próprias. No entanto, a maneira como elas se relacionam e se materializam é vista por Gramsci em termos da própria natureza do Estado: restrito ou ampliado, oriental ou ocidental.¹¹

Nas sociedades orientais o Estado seria tudo, a sociedade civil frágil e o poder político estaria concentrado na sociedade política. Quando o Estado entra em crise, não pode socorrer-se na sociedade civil. No caso russo, por exemplo, na medida em que o poder se concentrava na burocracia estatal e no Exército (sociedade política) do Império Russo e a sociedade civil era embrionária e pouco sólida, foi possível que o choque de classes sociais antagônicas tivesse uma decisão rápida, com a queda e a tomada dos aparelhos coercitivos do Estado pelos grupos revolucionários. Por sua vez, as sociedades ocidentais teriam como traço fundamental um Estado no qual há um maior equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil. Com o desenvolvimento do capitalismo nos países da Europa ocidental, teria sido criado uma complexa rede de instituições que comporiam a sociedade civil: os partidos políticos, os sindicatos, as associações populares, as ligas culturais e esportivas, as casas de caridade, escolas, etc. Tais instituições atuariam como trincheiras avançadas dos

⁹ COUTINHO, Carlos Nelson, *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de estado e revolução*. S.Paulo, Brsiliense, 1985, p. 60.

¹⁰ - idem, ibidem, p.60.

¹¹ Nos textos de Gramsci pode-se perceber pelo menos três significados do Estado no Ocidente e sua relação com a sociedade civil: o Estado está em uma “relação equilibrada” com a sociedade civil; a sociedade civil é uma “trincheira avançada” do Estado; o Estado é a “estrutura sólida” que abole a autonomia da sociedade civil. Gramsci recuperara o conceito de sociedade civil do liberalismo, onde ele aparece como oposição ao Estado (e ao lado da sociedade política). Dessa origem, mesmo após a reformulação de Hegel e Marx, decorre muito das suas dificuldades de sistematização e utilização. Mas as oscilações no uso dos conceitos por Gramsci não são culpa apenas dos liberais. Tais oscilações e ambigüidades aparecem em textos cronologicamente diferentes, com objetivos e perspectivas diferentes, etc, que requereriam um *rastreamento histórico*.



interesses capitalistas quando a sociedade política fosse ameaçada. Esta é a concepção ampliada de Estado criada por Gramsci - dando maior solidez às concepções de Marx/Engels e Lenin ao trazer novas determinações ao fenômeno estatal - segundo a qual o Estado incorporaria células privadas de poder ("aparelhos privados de hegemonia") para proteger-se.

Consenso e coerção fazem um jogo, em que um elemento aumenta à custa do outro, em certas conjunturas, mas, em nenhum momento, qualquer dos dois desaparece. Para fundamentar esta teorização, Gramsci se apoiou na historiografia das revoluções Francesa e Italiana. Duas revoluções, uma muito radical e vinda de baixo, que foi a Revolução Francesa, e outra, uma revolução de cima, passiva, que foi a Revolução Italiana, realizada mais por um ato da classe burguesa, através de um Estado italiano, o de Piemonte, e, por conseguinte, com uma iniciativa vinda de cima. A obtenção do consenso nem sempre se traduz através de canais ou de formas representativas e democráticas, mas pode ter, em alguns casos, manifestação através de formas despóticas. O que varia é a correlação entre coerção e consenso.

Brasil Recente

Num Estado de direito, democrático, a coerção é predominantemente latente, manifestando-se ostensivamente de maneira tópica, nos casos em que a ordem pública é violentada. Essa coerção se mantém num sentido mais geral, como ameaça, uma ameaça legítima, porém, que não deixa de existir, e a área do consenso é deixada, por assim dizer, *livre*: a imprensa é livre, não há censura, os partidos se organizam legalmente e competem livremente nas eleições, embora em condições desiguais, pois os recursos de uns e outros não são os mesmos. Mas essa liberdade se dá *dentro* dos limites da ordem. E os principais partidos recebem os recursos do capital, verdadeiros investimentos de empresas que, após o resultado e durante o exercício do mandato, cobrarão o seu retorno, das mais diferentes formas, legais ou não. Os sindicatos também são livres: a Constituição reconhece o direito de greve. Todavia, como não há regulamentação, as empresas ou o poder executivo tem recorrido ao poder judiciário para pô-las na ilegalidade, ameaçando-as com pesadas multas e regras impraticáveis. Por exemplo, a greve dos ferroviários é admitida, mas

obrigam aos mesmos manterem o funcionamento de 90% dos trens no horário de pico. Fazem-se greves, até certo ponto admitidas, algumas com a simpatia de parte da população. Mas a repressão policial, cada vez mais tem sido utilizada e, em alguns casos, pratique agressões e até assassinatos a líderes sindicais. A própria vida universitária recupera a sua autonomia, funciona com um grau de liberdade consentâneo com a competição entre as várias ideias.

Nos dias atuais parece que há uma tendência a um uso maior do poder coercitivo - imposição de vontade por ameaças e punições – em detrimento do consenso. A coerção, juridicamente, é o "direito de usar a força" por parte do Estado, forma de poder mais condenada socialmente e que mais provoca reações de oposição por parte dos subordinados, por ser violenta e por explicitar a dominação. Mas, com aparente contradição, cresce nesse mesmo Estado os espaços e instrumentos de participação e controle social. “Nunca antes nesse país” se participou tanto e se decidiu, efetivamente, tão pouco.

Conforme Poulantzas:

“O Estado, hoje menos que nunca, não é uma torre de marfim isolado das massas populares. As lutas atravessam o Estado permanentemente, mesmo quando se trata de aparelhos onde as massas não estão fisicamente presentes. A situação de duplo poder, a da luta frontal concentrada num momento preciso, não é a única que permite uma atuação das massas populares no Estado. A via democrática para o socialismo, é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação de um duplo poder efetivo, paralelo e exterior ao Estado, mas aplica-se às contradições internas do Estado.”¹²

A tomada do poder suporia sempre uma crise do Estado, mas esta, que acentua as suas contradições internas, não se reduz a uma crise de desmoronamento do Estado. Tomar ou conquistar o poder de Estado não significaria a sua simples ocupação ou apropriação. O poder consistiria numa série de relações entre as diversas classes sociais, concentrada no Estado, constituído pois como uma relação de forças entre as classes.

“O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se sarrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas nem um cofre-forte que só se abre arrombando-o: ele é o centro de exercício do poder político.

Tomar o poder de Estado significa que seja desenvolvida uma luta de massa tal que modifique a relação de forças interna dos

¹² POULANTZAS, Nicos, O Estado, O Poder, O Socialismo, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 295.

aparelhos de Estado que são, em si, o campo estratégico de lutas políticas. Ainda que para a estratégia do tipo duplo poder, a modificação decisiva da relação de forças não se efetue no seio do Estado mas entre o Estado e o segundo poder, esse anti-Estado que se supõe situado radicalmente fora do Estado, entre o Estado e as massas supostamente exteriores ao Estado. Esse longo processo de tomada do poder numa via democrática para o socialismo constitui-se no essencial, em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal maneira que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros do poder real. Não se trata portanto de uma simples alternativa entre guerra frontal de movimento e guerra de posições pois esta última, no entender de Gramsci, consiste sempre num cerco do Estado-praça forte.”¹³

Concepção ainda prenhe de incertezas e indefinições, sabia ao menos que não seria fruto de ‘leis inabaláveis da evolução histórica’, nem da ação de minorias que, conhecedoras destas “leis”, estariam à frente das mudanças. O socialismo a construir deveria ser um projeto humano e humanista, consequência de um amplo bloco de forças políticas e sociais, capaz de convencer uma ampla maioria de cidadãos de que é possível conquistar uma nova vida, mais confortável, mais digna, mais prazerosa, mais ética. Conforme sua formulação, o socialismo seria obtido por um processo, onde ele deveria permanentemente se reciclar, se autocriticar, se submeter à vontade dos cidadãos e, eventualmente, conviver e superar recuos e derrotas. Em outras palavras, deveria ter a democracia como base e referência de todo o seu processo de construção. No Brasil, onde a democracia assume, para as classes dominantes, um valor meramente tático, a ser limitado ou descartado quando começa a incomodar, caberia ao bloco histórico das forças democráticas e populares garantir a sua consolidação e ampliação, rompendo com a tradição autoritária na política e com a rearticulação da “modernização conservadora”.

No final dos anos 70 e início dos 80, Werneck Vianna observava que a burguesia, não tendo dirigido um movimento de incorporação da cidadania, quando esta iniciara sua emancipação da regulação do Estado, esse processo se apresentaria como uma conquista que se faria contra ela. Contra a ordem

¹³ Idem, ibidem, p.296.

burguesa se levantariam tanto o “setor moderno” quanto trabalhadores de “setores tradicionais””. Deve se assinalar que

(...) a estrutura corporativa sindical, ocupada por lideranças que se autonomizam do controle do Estado, tem revertido o seu sentido. Ao invés de cumprir suas funções de tutela, na cidade - vide ABC - e no campo - vide as greves dos trabalhadores do açúcar em Pernambuco - , tem se comportado como instrumento das reivindicações operárias, não apenas as corporativas, mas sobretudo as que dizem respeito à sua plena cidadania.” ‘Esse fato, aliado à crescente combinação da ação sindical com partidos políticos democráticos, confirma o processo geral de obsolescência das antigas agências de controle social que acompanharam a imposição do capitalismo. ¹⁴

Esse momento seria o de esgotamento da revolução burguesa no Brasil, com a superação da política como algo precário por sua institucionalização democrática. Mas essa democracia não representaria a consagração da burguesia e sim o surgimento das massas que procurariam assumir sua livre cidadania. Sem compromissos com a ordem burguesa, a cidadania se relacionaria com a autonomia dos trabalhadores, competindo agora com a burguesia no terreno da democracia: a transição como “ruptura democrática”. O argumento central seria que a “Revolução Burguesa” no Brasil - seguindo, em termos gerais a interpretação de Florestan Fernandes - teria ocorrido pela “via prussiana” através da realização da “modernização conservadora”. A coalizão conservadora seria refeita politicamente em cada momento de crise tendo como princípio e meta o estabelecimento de uma nova etapa de acumulação acelerada - talvez comparável ao conceito de “aprofundamento do capitalismo”, desenvolvido por Guillermo O’Donnell.¹⁵ Essa recomposição entre os “de cima” significaria o reforço do controle e dominação sobre os “de baixo”, que teriam se manifestado de forma autônoma no momento de crise anterior. Os momentos de crise que teriam permitido a “ruptura democrática”, mas que resultaram na recomposição da coalizão conservadora, segundo ele, foram: 1888/1889, 1930, 1935 1945, 1953/1954, 1964.

Para Werneck Vianna, no início da década de 80 o ciclo da “Revolução Burguesa” no Brasil teria se completado, dando lugar ao surgimento de uma “cidadania livre”, questionadora e opositora da ordem capitalista/burguesa,

¹⁴ Luís Werneck Vianna, “O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática, op. cit., p.262.

¹⁵ Guillermo O’Donnell, B.A .O Estado Burocrático-Autoritário, 2ª ed., S.Paulo: Vértice, 1987.

através da combinação da ação sindical e de partidos democráticos. Este movimento estaria caminhando, então, no sentido de uma ruptura democrática, que, afinal, não ocorreu. Partindo dessa interpretação, os anos 80 seriam um momento de crise de hegemonia (1979-1992) “resolvida” com a recomposição das forças conservadoras e burguesas através da coalizão que, primeiro, sustentou a política geral do governo Collor, depois, o governo-tampão de Itamar Franco e, em seguida, elegeu Fernando Henrique Cardoso.

O Partido dos Trabalhadores, nas diferentes campanhas presidenciais de 1994, 1998, até a vitória eleitoral em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas as claras e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) consolidou o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder : graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital*.¹⁶

¹⁶ COELHO, Eurelino. Uma Esquerda para o Capital.

Muitas lideranças envolvidas nos diferentes fóruns, conselhos e demais espaços de participação institucional se questionam sobre a eficácia de sua atuação. De forma direta, se indagam: “O que faço aqui?” “Pra que serve isso?” “Foi pra isso que lutamos?” “Não seria melhor estar em outro lugar?” A construção da democracia, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania pelos movimentos sociais (incluindo também parcela significativa do movimento sindical) esbarram em sérios limites. Como afirmamos no início, ocorre um deslocamento de sentido das noções de *sociedade civil*, *participação* e *cidadania* que corrompem o seu significado original no projeto democrático popular e reduzem, na prática, o espaço político e democrático da sociedade.

Esses termos são *apropriados* pelo projeto neoliberal, passando a responder por demandas do encolhimento de Estado, seja através de políticas compensatórias implementadas diretamente, ou seja delegando atribuições ao *terceiro setor*, fundações empresariais e ong’s, que através de ações de “responsabilidade social”, da “solidariedade com os pobres” , do trabalho voluntário e filantrópico, de programas assistenciais, retiram a condição humana do campo dos direitos fundamentais, retiram a cidadania do campo da democracia, e retiram direitos do campo da política.

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social. Do ponto de vista do sistema política, três partidos formam o condomínio da ordem : PT, PMDB e PSDB. Tanto faz quem é governo ou oposição, todos formam a base aliada da classe dominante e do Capital.

Para além dessa disputa partidária, existe um lugar exclusivo para o *mercado*: o espaço de decisão política do Estado. O capital financeiro – que, embora hegemônico, tem de quando em vez disputar com outras frações do

capital – controla o que podemos denominar de núcleo de poder, que se mantém de fato distante do alcance da participação dos movimentos sociais. Naquilo que se constitui no cerne da política econômica, por exemplo, não há nenhum espaço público de discussão, consulta, ou algo parecido. Não há sequer interesse público...

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, Campinas: EdUNICAMP, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CASTELLS, Manuel.
- COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson, *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de estado e revolução*. S.Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAÜBLER, Wolfgang (et. al.), *O Mundo do Trabalho. Crise e mudança no final do século*, São Paulo: Scritta, 1994.
- DOIMO, Ana Maria, *A Vez e a Voz do Popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.*, ANPOCS, 1995.
- DREIFUSS, René A., *A Era das Perplexidades. Mundialização, Globalização e Planarização: Novos Desafios.*, Petrópolis, Vozes, 1996.
- FONTES, Virgínia M. G. M. "História e Conflito". In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: LDH/UFF, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GRAMSCI, Antonio, *Os intelectuais e a organização da cultura*, S.Paulo, Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antonio, *Cartas do Cárcere*, S.Paulo, Civilização Brasileira, 2ª ed, 1978.
- GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- LOWY, Michel. *Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).
- MARX, Karl. *Obras Escolhidas*, Lisboa: Ed. Avante, 1982, Tomo I, II e III.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi & OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de, *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?*, São Paulo: Scritta, 1996.



MENDONÇA, Sônia Regina de. "Estado e Sociedade". In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: LDH/UFF, 1998.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OFFE, Claus. *Modernity And The State : East, West*. Cambridge, Polity Press , 1996.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.

REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Ed.UFRJ, 1996.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 3 vol.